



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Núcleo Assessoria Especial

Rua São Bento, 405, 24º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 49343000

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

Ofício nº 92/SMSUB/GAB/2025

ASSUNTO: Representação em face das Atas de Registro de Preços 14 e 22/SMSUB/COGEL/2022, decorrentes do Pregão Presencial 2/SMSUB/COGEL/2022, cujo objeto é o registro de preços para a prestação de serviços de conservação e manutenção da malha viária da cidade de São Paulo (...)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 6012.2025/0000340-9.

Ref.: Ofício SSG 12069/2025 – TC/024142/2024

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Com nossos cordiais cumprimentos, dirigimo-nos a Vossa Excelência, em alusão ao recebimento do Ofício SSG nº 12069/2025 (Doc. SEI nº 117527895), por meio do qual essa Egrégia Corte de Contas encaminha, para conhecimento e manifestação, Representação apresentada pela empresa SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A. (Doc SEI nº 117527917), acompanhada das manifestações da Assessoria de Controle Externo (Doc. SEI nº 117527959) e da Assessoria Jurídica (Doc. SEI nº 117527984) dessa Colenda Corte.

Diante do requisitado, esta Secretaria apresenta as informações prestadas pelo **Núcleo de Gestão do Programa de Conservação e Manutenção da Malha Viária**- CONSEMAVI, unidade técnica responsável pelo assunto em comento, as quais conduzimos para conhecimento.

Ressaltamos que, conforme exposto por CONSEMAVI, a cobrança dos valores consignados nos Ofícios nºs 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 e 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 está administrativamente **suspensa**, estando em análise a defesa apresentada pela empresa, assim como a representação formulada junto a essa E. Corte.

Por fim, renovamos protestos de apreço, estima e consideração, permanecendo à disposição para os demais esclarecimentos que se reputarem necessários.

Atenciosamente,

Fabricio Cobra Arbex
Secretário Municipal
Secretaria Municipal das Subprefeituras

Ao

Exmo. Sr. Conselheiro

JOÃO ANTONIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Ascendino Reis, nº 1130, CEP: 04027-000

São Paulo/SP



Fabricio Cobra Arbex
Secretário(a)

Em 29/01/2025, às 17:35.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **118745881** e o código CRC **5CFE7CA3**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 6012.2025/0000340-9

SEI nº 118745881



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Núcleo de Gestão do Programa de Conservação e Manutenção da Malha Viária

Rua São Bento, 405, 24º andar - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone:

PROCESSO 6012.2025/0000340-9

Encaminhamento SMSUB/GAB-CONSEMAVI Nº 118433845

SMSUB/ASS.ESPECIAL

Senhora Assessora,

Trata-se o presente processo de Ofício SSG 12069/2025 (Doc. SEI nº 117527895) do TCM/SP – *Tribunal de Contas do Município de São Paulo* à SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras*, por meio do qual a Egrégia Corte de Contas encaminha, para conhecimento e manifestação desta Pasta, Representação (Doc. SEI nº 117527917) apresentada pela empresa SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A e Manifestações do Assessor de Controle Externo (Doc. SEI nº 117527984) e do Assessor Jurídico Chefe (Doc. SEI nº 117527959) da referida Corte de Contas acerca de tal representação.

Tendo em vista o referido Ofício (Doc. SEI nº 117527895), a Assessoria Especial desta Pasta encaminhou o presente processo a este CONSEMAVI - *Núcleo de Conservação e Manutenção da Malha Viária*, conforme trecho abaixo transcrito do Encaminhamento SMSUB/ASS. ESPECIAL nº 118086106:

“(…) Em razão do assunto, encaminhamos o presente para análise e manifestação acerca dos questionamentos laborados pela Nobre Corte.” (Grifo Nosso)

Uma vez que não identificamos “*questionamentos laborados pela Nobre Corte*” nos documentos instruídos junto aos autos do presente processo, esclarecemos que nos manifestaremos em atendimento ao constante no Ofício SSG 12069/2025 (Doc. SEI nº 117527895), sendo oportuno, a fim de melhor instruir a presente manifestação, discorrermos inicialmente acerca dos fatos pertinentes.

Assim, em 06 de novembro de 2024, o TCM/SP – *Tribunal de Contas do Município de São Paulo* encaminhou por E-mail a esta SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* o Ofício SSG 17313/2024.

Por meio do referido Ofício, a Egrégia Corte de Contas apresentou, dentre outros documentos, o “Relatório de Auditoria Programada”, o qual tem por objetivo a “Fiscalização por amostragem das contratações oriundas do Pregão Presencial nº 02/SMSUB/COGEL/2022, acompanhado através do TC/005034/2022”, para conhecimento e manifestação desta SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras*.

Tendo em vista o recebimento do E-mail em comento, esta Pasta instruiu o Ofício SSG 17313/2024 e os

documentos referentes a ele no Processo SEI nº 6012.2024/0027005-7, a fim de análise e elaboração de manifestação acerca das “*Propostas de Determinações*” e “*Proposta de Recomendação*” constantes no “Relatório de Auditoria Programada” em questão.

Durante a análise do “Relatório de Auditoria Programada” (Doc. SEI nº 113901608) e em atenção às “*Propostas de Determinações*” exaradas pela Egrégia Corte de Contas, a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* identificou que não foram observados os reajustes, negativos e positivos, dos valores dos preços de componentes de derivados de petróleo que constituem insumos utilizados na execução do objeto dos Contratos decorrentes das Atas de Registro de Preços nº 14/SMSUB/COGEL/2022 e nº 22/SMSUB/COGEL/2022 quando da determinação dos valores a serem pagos pela execução do objeto de tais contratos, assim como o consequente desequilíbrio econômico financeiro gerado em relação a essas relações contratuais estabelecidas.

Nesse sentido, uma vez que tal fato ainda foi suscitado pelo TCM/SP – *Tribunal de Contas do Município de São Paulo* na “Proposta de Determinação 6.1.1” do “Relatório de Auditoria Programada” (Doc. SEI nº 113901608), pautada na possibilidade de revisar seus próprios atos, conforme o previsto na Súmula 473 do STF, a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* emitiu o Ofício nº 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9) e o Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3), ambos datados de 28 de novembro de 2024, à empresa SOEBE.

Por meio do Ofício nº 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9) e o Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3), os quais foram recebidos pela empresa em 03 de dezembro de 2025, a SOEBE, detentora das Atas de Registro de Preços nº 14/SMSUB/COGEL/2022 e nº 22/SMSUB/COGEL/2022, foi notificada acerca da obrigação de ressarcir a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* nos valores de R\$ 11.601.118,78 (onze milhões, seiscentos e um mil, cento e dezoito reais e setenta e oito centavos) e de R\$ 11.065.894,63 (onze milhões, sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), conforme DAMSP’s – *Documentos de Arrecadação do Município de São Paulo* que constituem o Anexo IV de cada um dos Ofícios em comento, bem como foi informada que, nos termos do artigo 23 da Lei Municipal nº 14.141/2006, poderia se manifestar acerca do contido no Ofício em comento.

Ademais, a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* ainda emitiu o Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6), também datado de 28 de novembro de 2024, em atenção à “Proposta de Determinação 6.1.2” da Egrégia Corte de Contas exarada no “Relatório de Auditoria Programada” (Doc. SEI nº 113901608).

Por meio do referido Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141), a empresa SOEBE foi notificada acerca da obrigação de ressarcir esta Pasta no valor de R\$ 377.345,16 (trezentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), à título de custos indiretos, conforme DAMSP – *Documento de Arrecadação do Município de São Paulo* que constitui o Anexo III do Ofício em comento, bem como informada que, nos termos do artigo 23 da Lei Municipal nº 14.141/2006, poderia se manifestar acerca do contido no Ofício em comento.

Cumpre-nos esclarecer que a notificação quanto a tal obrigação de ressarcimento a título de custos indiretos decorreu do entendimento do Tribunal de Contas de que os valores a serem pagos às contratadas a título de custos indiretos não podem exceder 8% do valor total “remunerado” pela execução dos *Serviços de Conservação e Manutenção da Malha Viária*. Assim, uma vez que os valores

pagos à SOEBE à título de custos indiretos observou a limitação de 8% do valor total do Contrato nº 208/SMSUB/COGEL/2022 inicialmente estabelecido, em atenção à “Proposta de Determinação 6.1.2” da Egrégia Corte de Contas, notificamos a ARVEK.

No dia 10 de dezembro de 2024, em resposta ao Ofício nº 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9), ao Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3) e ao Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6), a SOEBE manifestou-se (Doc. SEI nº 116700970 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9, Doc. SEI nº 116703318 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3 e Doc. SEI nº 116712225 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6) requerendo a nulidade das notificações realizadas através dos Ofícios em comento e a sustação das cobranças realizadas ou, caso este não fosse o entendimento, requerendo prazo complementar para apresentação de defesa frente às notificações em comento.

Assim, considerando o requerido, em 17 de dezembro de 2024, a SMSUB - *Secretaria Municipal das Subprefeituras* concedeu o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para a empresa se manifestar quanto ao notificado por meio do Ofício nº 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9), do Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3) e do Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6), conforme Doc. SEI nº 116701070, Doc. SEI nº 116703588 e Doc. SEI nº 116712409.

Após a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias úteis para a empresa se manifestar acerca das notificações realizadas através do Ofício nº 3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9), do Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3) e do Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6), em 18 de dezembro de 2024, a SOEBE encaminhou e-mail (Doc. SEI nº 116701357, Doc. SEI nº 116704236 e Doc. SEI nº 116712501) à SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* a fim de esclarecer se o prazo concedido também se estendia aos DAMSP's – *Documentos de Arrecadação do Município de São Paulo* emitidos.

Em resposta à empresa, no dia 19 de dezembro de 2024 esta Pasta esclareceu através de e-mail (Doc. SEI nº 116701836, Doc. SEI nº 116704354 e Doc. SEI nº 116712564) que o prazo concedido pleiteado inicialmente abrange a dilação do prazo de vencimento dos DAMSP's – *Documentos de Arrecadação do Município de São Paulo* emitidos, de modo que, a fim de possibilitar o pagamento no prazo concedido, a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* emitirá os DAMSP's - *Documentos de Arrecadação do Município de São Paulo* no transcorrer dos 60 dias, considerando as correções monetárias pertinentes que irão refletindo nos novos documentos a serem gerados.

Identificados os fatos aqui narrados e notificada a empresa, conforme explicitado, no dia 27 de dezembro de 2024, a SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras*, após análise do “Relatório de Auditoria Programada” (Doc. SEI nº 113901608) do TCM/SP – *Tribunal de Contas do Município de São Paulo* e dos documentos que o acompanham, manifestou-se nos autos do Processo SEI nº 6012.2024/0027005-7, conforme Informação SMSUB/ASS. ESPECIAL nº 117082919, a qual foi protocolada na Egrégia Corte de Contas no mesmo dia 27 de dezembro de 2024 (Doc. SEI nº 117103153).

Diante do contexto fático aqui pormenorizado, esclarecemos que o Ofício nº

3462/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116700757 do Processo SEI nº 6012.2024/0028024-9), o Ofício nº 3463/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116702338 do Processo SEI nº 6012.2024/0028027-3) e o Ofício nº 3468/SMSUB/GAB/CONSEMAVI/2024 (Doc. SEI nº 116712141 do Processo SEI nº 6012.2024/0028244-6), por meio dos quais esta Pasta notificou à empresa em questão acerca da sua obrigação de ressarcir à SMSUB – *Secretaria Municipal das Subprefeituras* em razão dos fatos lá descritos, foram emitidos em atenção às Propostas de Determinação 6.1.1 e 6.1.2 exaradas pelo TCM/SP – *Tribunal de Contas do Município de São Paulo* no “Relatório de Auditoria Programada” (Doc. SEI nº 113901608 do Processo SEI nº 6012.2024/0027005-7), bem como em atenção ao princípio da autotutela consagrada na Súmula 473 do STF.

Atenciosamente,



Kerolaynny Brenda Pinto Maia
Assessor(a) Especial II
Em 23/01/2025, às 18:49.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **118433845** e o código CRC **A66027B9**.
